

MOÇÃO SETORIAL

Portugal 2045

Portalegre e o Novo Contrato Territorial

Ao XVIII Congresso Distrital do Partido Socialista de Portalegre

Preâmbulo

Existem momentos na vida dos povos em que a política se limita a administrar o presente.

E existem momentos em que lhe é exigido um dever maior: imaginar o futuro e criar as condições para que esse futuro possa acontecer.

Portugal encontra-se hoje precisamente num desses momentos.

Cinquenta anos depois da consolidação da democracia, o País enfrenta uma nova geração de desafios. A transformação tecnológica, a transição energética, as alterações climáticas, a crise demográfica, a reorganização das cadeias produtivas, a crescente competição global e a necessidade de reforçar a autonomia estratégica da Europa obrigam-nos a repensar profundamente a forma como ocupamos, organizamos e desenvolvemos o nosso território.

Durante décadas, Portugal construiu o seu crescimento seguindo uma lógica de concentração. Pessoas, investimento, emprego, serviços públicos e oportunidades foram convergindo para um número reduzido de áreas metropolitanas, enquanto vastas regiões do País assistiam ao progressivo envelhecimento da população, à perda de massa crítica e à redução das suas capacidades económicas.

Essa opção produziu ganhos importantes para o desenvolvimento nacional, mas também criou desequilíbrios estruturais que hoje condicionam a competitividade do País, fragilizam a coesão territorial e limitam a igualdade de oportunidades entre portugueses.

Não se trata de atribuir responsabilidades a governos concretos ou a opções partidárias específicas. Trata-se de reconhecer que o paradigma de desenvolvimento seguido nas últimas décadas chegou ao limite das suas possibilidades.

Persistir no mesmo caminho produzirá inevitavelmente os mesmos resultados.

O Interior continuará a perder população.

As áreas metropolitanas continuarão a concentrar pressão urbanística, dificuldades de acesso à habitação, congestionamento, desigualdades sociais e sobrecarga dos serviços públicos.

Portugal continuará a desperdiçar uma parte significativa do seu território, dos seus recursos naturais e do talento das suas comunidades.

É precisamente por isso que defendemos que chegou o tempo de uma nova etapa.

Defendemos, por isso, uma reforma da organização territorial do desenvolvimento português: não uma política de compensação para o Interior, nem um conjunto avulso de incentivos, nem mais um programa limitado ao horizonte de uma legislatura.

Uma reforma baseada numa ideia simples, mas profundamente transformadora:

O Interior não deve continuar a ser visto como um problema que necessita de soluções; deve passar a ser encarado como o espaço onde Portugal experimenta **respostas aos** desafios do século XXI.

Aquilo que durante décadas foi entendido como fragilidade pode tornar-se vantagem competitiva.

A baixa densidade permite testar novos modelos de mobilidade; a abundância de recursos naturais favorece a transição energética; a proximidade entre instituições facilita a experimentação de políticas públicas; a qualidade ambiental constitui um ativo económico; a relação com Espanha reforça a dimensão europeia destes territórios; e a dimensão humana das comunidades favorece a inovação social.

O Interior reúne, por isso, condições únicas para ser um verdadeiro território-laboratório.

Entre todos os territórios do País, o Distrito de Portalegre reúne características particularmente relevantes para assumir essa missão.

Situado na fronteira entre Portugal e Espanha, integrando ecossistemas de elevado valor ambiental, dispondo de instituições de ensino superior, tecido empresarial resiliente, forte identidade histórica, património cultural singular e enorme potencial agrícola, florestal e energético, Portalegre representa uma síntese das oportunidades e dos desafios enfrentados pelos territórios de baixa densidade.

Aquilo que resultar em Portalegre poderá ser replicado em Bragança, Guarda, Castelo Branco, Beja, Vila Real e em muitas regiões da Europa confrontadas com desafios semelhantes.

É por isso que esta moção não pretende apenas definir uma estratégia para um distrito.

Pretende propor uma visão para Portugal.

Uma visão que coloca a coesão territorial no centro do desenvolvimento nacional.

Uma visão que entende que o crescimento económico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental não são objetivos incompatíveis, mas dimensões inseparáveis do mesmo projeto coletivo.

Uma visão que acredita que o Partido Socialista deve voltar a afirmar-se como o grande partido da transformação estrutural do País.

Ao longo da sua história, o Partido Socialista ajudou a consolidar a democracia, a construir o Estado Social, a afirmar Portugal na Europa e a modernizar o País.

Hoje, enfrenta uma nova responsabilidade histórica.

A responsabilidade de liderar uma nova geração de reformas capazes de preparar Portugal para as próximas décadas.

É com esse espírito que apresentamos esta moção.

Apresentamos esta moção não como um catálogo de reivindicações nem como um exercício académico, mas como um compromisso político com Portalegre, com o Interior e com Portugal.

Porque acreditamos que o futuro não se limita a acontecer.

O futuro constrói-se.

E toda a construção começa por uma ideia.

A ideia que aqui propomos é simples na sua formulação e exigente na sua concretização:

Fazer do Distrito de Portalegre o Laboratório Nacional para o Desenvolvimento do Interior e transformar Portugal na referência europeia das políticas públicas para os territórios de baixa densidade até 2045.

Capítulo I — Um Novo Tempo para Portugal

Da política da compensação à política da transformação

Cada geração é confrontada com um desafio que define o seu tempo.

A geração que conquistou a democracia teve como missão devolver a liberdade aos portugueses e reconstruir as instituições do Estado.

A geração que conduziu Portugal à integração europeia teve como prioridade aproximar o País dos níveis de desenvolvimento económico e social dos seus parceiros europeus.

As gerações seguintes modernizaram infraestruturas, universalizaram a educação, consolidaram o Serviço Nacional de Saúde, reforçaram a proteção social, expandiram o ensino superior e promoveram uma transformação profunda das condições de vida dos portugueses.

Portugal é hoje um país incomparavelmente mais desenvolvido, mais justo e mais preparado do que aquele que existia há cinquenta anos.

Esse percurso deve ser reconhecido com sentido de justiça histórica.

Mas nenhuma conquista do passado dispensa a responsabilidade de preparar o futuro.

Entrámos numa nova época.

Uma época em que os fatores de competitividade mudaram profundamente.

Durante grande parte do século XX, o desenvolvimento económico foi determinado sobretudo pela proximidade aos grandes mercados, pela concentração industrial, pela disponibilidade de mão-de-obra abundante e pela centralização das decisões políticas e económicas.

Foi esse contexto que favoreceu a crescente concentração populacional e económica nas áreas metropolitanas e no litoral.

Hoje, porém, essa realidade está a transformar-se.

A economia do conhecimento reduziu a importância da distância física.

A digitalização tornou possível trabalhar, criar empresas e prestar serviços a partir de qualquer ponto do território.

A transição energética valorizou regiões produtoras de energia renovável.

As alterações climáticas recolocaram a gestão da água, da floresta e da biodiversidade no centro das prioridades nacionais.

A autonomia estratégica da União Europeia voltou a conferir importância à produção alimentar, à gestão dos recursos naturais e à ocupação equilibrada do território.

Ao mesmo tempo, a crise da habitação, a pressão sobre os grandes centros urbanos, a degradação ambiental e as dificuldades crescentes de mobilidade revelam os limites de um modelo excessivamente concentrado.

Não estamos apenas perante novos problemas.

Estamos perante uma alteração estrutural das condições que determinam o desenvolvimento.

Aquilo que ontem era periferia pode amanhã tornar-se central.

Aquilo que ontem era considerado uma limitação pode transformar-se numa vantagem competitiva.

É precisamente neste contexto que importa olhar para o Interior de forma diferente.

Durante demasiado tempo, as políticas públicas dirigidas aos territórios de baixa densidade foram concebidas numa lógica de compensação.

Compensavam-se desvantagens, custos, distâncias e os efeitos do despovoamento.

Essas políticas tiveram mérito e responderam a necessidades concretas. Muitas impediram que o declínio fosse ainda mais acentuado e garantiram serviços públicos essenciais a milhares de portugueses.

Mas, apesar desse esforço, os indicadores fundamentais mantiveram uma tendência preocupante.

A população continuou a diminuir e a envelhecer; as oportunidades continuaram a concentrar-se nas áreas metropolitanas; e o desequilíbrio territorial continuou a aumentar.

A conclusão que importa retirar não é que essas políticas tenham sido erradas.

É que deixaram de ser suficientes.

O desafio do século XXI não consiste apenas em proteger o Interior.

Consiste em fazer do Interior uma das principais alavancas do desenvolvimento nacional.

Esta mudança de paradigma exige abandonar uma linguagem que associa estes territórios exclusivamente à escassez, à fragilidade ou à exceção.

O Interior não é um espaço vazio entre duas cidades.

É uma parte essencial do território nacional.

É nele que se concentram recursos hídricos estratégicos, vastas áreas agrícolas e florestais, capacidade de produção de energia renovável, património natural, riqueza cultural, fronteiras internacionais, biodiversidade, conhecimento científico e comunidades que continuam a demonstrar uma extraordinária capacidade de resistência e inovação.

Mais do que perguntar o que falta ao Interior, importa perguntar aquilo que o País pode aprender com o Interior.

Esta inversão de perspetiva é decisiva.

Porque deixa de olhar para estes territórios como destinatários passivos de políticas públicas e passa a reconhecê-los como protagonistas da transformação nacional.

É neste contexto que o Distrito de Portalegre assume uma importância singular.

Não porque reclame privilégios ou exceções, mas porque reúne condições para liderar uma nova forma de pensar o desenvolvimento territorial.

A história demonstra que os grandes ciclos de progresso começam frequentemente em lugares onde poucos esperavam encontrá-los.

Não existem territórios condenados ao declínio.

Existem apenas territórios para os quais ainda não foi construída uma visão suficientemente ambiciosa.

Esta moção parte dessa convicção.

Portugal precisa de uma nova visão territorial.

E essa visão pode começar em Portalegre.

Capítulo II — O Interior como Vantagem Estratégica Nacional

Um novo paradigma para o desenvolvimento português

Durante demasiado tempo, o debate sobre o Interior foi condicionado por uma pergunta errada.

Perguntava-se como seria possível aproximar os territórios de baixa densidade do modelo de desenvolvimento dominante.

Procuravam-se mecanismos de compensação, incentivos fiscais, discriminações positivas e programas específicos destinados a reduzir desigualdades acumuladas ao longo de décadas.

Essas políticas responderam a necessidades concretas e produziram resultados relevantes.

Mas partiram sempre do mesmo pressuposto: o de que o modelo de desenvolvimento estava definido e de que o Interior deveria procurar adaptar-se a ele.

O século XXI alterou profundamente essa realidade.

Hoje, são precisamente as características que durante décadas foram consideradas limitações que começam a revelar-se ativos estratégicos.

A abundância de território disponível deixou de ser um sinal de isolamento e passou a representar uma oportunidade para novas atividades económicas.

A produção de energia renovável exige espaço.

A gestão sustentável da floresta exige território.

A agricultura regenerativa exige recursos naturais preservados.

A economia do carbono, a bioeconomia e a valorização da biodiversidade dependem da qualidade dos ecossistemas.

A instalação de centros tecnológicos e de infraestruturas digitais depende cada vez mais da disponibilidade energética, da estabilidade territorial e da qualidade ambiental.

Ao mesmo tempo, a revolução digital reduziu drasticamente o peso da localização física.

Empresas inovadoras podem nascer longe das grandes áreas metropolitanas.

Investigadores podem colaborar com equipas distribuídas por vários continentes.

Profissionais altamente qualificados podem trabalhar para organizações internacionais sem abandonar o território onde escolheram viver.

Esta transformação representa uma oportunidade histórica para Portugal.

Mas apenas se tivermos a inteligência política de compreender que o desafio deixou de ser levar o desenvolvimento ao Interior.

O desafio passa agora por construir, no Interior, uma parte essencial do desenvolvimento nacional.

Esta mudança exige abandonar definitivamente uma visão assistencialista destes territórios.

O Interior não pode continuar a ser visto como destinatário permanente de políticas compensatórias.

Deve afirmar-se como espaço privilegiado de experimentação, inovação e criação de valor.

Esta não é apenas uma opção de política regional.

É uma decisão estratégica para Portugal.

Num contexto internacional marcado pela crescente instabilidade geopolítica, pela necessidade de reforçar a autonomia energética e alimentar da Europa, pela escassez de recursos naturais e pelos efeitos das alterações climáticas, os territórios capazes de produzir energia limpa, gerir água, preservar biodiversidade e garantir produção sustentável de alimentos adquirem uma importância económica e estratégica sem precedentes.

Portugal dispõe desses territórios.

Grande parte deles situa-se precisamente no Interior.

Ignorar esta realidade significaria desperdiçar uma das maiores vantagens competitivas do País nas próximas décadas.

Mas existe uma dimensão igualmente importante.

A dimensão humana.

Os territórios do Interior preservam formas de proximidade social, participação cívica, cooperação institucional e identidade comunitária que constituem fatores essenciais para testar novos modelos de organização económica e social.

Num mundo marcado pela desconfiança nas instituições, pela fragmentação social e por fenómenos de isolamento, estas comunidades demonstram que o desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento económico.

A qualidade da democracia também depende da forma como organizamos o território.

Depende da capacidade de garantir igualdade de oportunidades independentemente do local onde se nasce.

Depende da possibilidade de um jovem construir o seu projeto de vida sem ser obrigado a abandonar a sua terra.

Depende da existência de serviços públicos de qualidade em todo o território nacional.

Depende da convicção de que cada cidadão tem igual dignidade perante o Estado.

Esta é, antes de mais, uma questão de justiça.

Mas é também uma questão de inteligência estratégica.

Os países que melhor enfrentarão os desafios das próximas décadas serão aqueles que souberem mobilizar integralmente o seu território, diversificar os seus centros de inovação, distribuir melhor a atividade económica e criar condições para que o talento possa florescer em qualquer região.

Portugal não pode continuar a pensar o seu futuro a partir de uma geografia limitada ao litoral.

O mapa económico do século XXI será inevitavelmente diferente daquele que conhecemos no século XX.

A política tem o dever de antecipar essa mudança e de preparar o País para ela.

É precisamente neste contexto que o Distrito de Portalegre assume um papel singular.

Não por representar um território excecionalmente favorecido.

Mas porque reúne, numa escala adequada, praticamente todos os desafios e todas as oportunidades que caracterizam os territórios de baixa densidade em Portugal.

Portalegre possui património natural, capacidade agrícola, potencial energético, instituições de ensino superior, ligação transfronteiriça, riqueza cultural, tradição industrial, recursos florestais, conhecimento técnico e uma forte identidade comunitária.

Ao mesmo tempo, enfrenta os desafios demográficos, económicos e sociais que marcam grande parte do Interior português.

É, por isso, o território ideal para uma nova geração de políticas públicas.

Aquilo que aqui for concebido, experimentado, avaliado e aperfeiçoado poderá servir de referência para outras regiões do País e para muitos territórios europeus confrontados com desafios semelhantes.

Portalegre não deve aspirar apenas a beneficiar das políticas nacionais.

Deve aspirar a ajudar a desenhá-las.

Essa é a verdadeira ambição desta moção.

Não pedir mais para o Interior.

Mas colocar o Interior no centro da construção do futuro de Portugal.

Porque uma Nação plenamente desenvolvida não é aquela que concentra todas as oportunidades num único espaço.

É aquela que transforma cada parte do seu território numa oportunidade para todos.

É essa visão que propomos ao Partido Socialista.

E é essa visão que queremos ver afirmada como um novo compromisso nacional para as próximas gerações.

Capítulo III — O Modelo Portalegre

Uma nova geração de políticas públicas para Portugal

As grandes transformações políticas não começam com decretos.

Começam com uma ideia suficientemente forte para alterar a forma como olhamos para um problema.

Durante décadas, a política para o Interior partiu de uma lógica essencialmente redistributiva. Procurou corrigir desigualdades através de incentivos, investimentos públicos, programas de apoio e mecanismos de discriminação positiva.

Essa estratégia teve mérito.

Mas permaneceu condicionada por uma visão que colocava estes territórios na posição de destinatários de políticas concebidas noutros lugares.

O século XXI exige um salto qualitativo.

Já não basta desenhar políticas para o Interior.

É necessário desenhar políticas a partir do Interior.

É esta mudança de perspetiva que designamos por Modelo Portalegre.

O Modelo Portalegre não é um programa de investimento, um conjunto de incentivos ou um novo organismo administrativo.

É um princípio de governação.

Um princípio segundo o qual os territórios de baixa densidade deixam de ser considerados espaços periféricos da ação pública para passarem a constituir os territórios privilegiados de experimentação das políticas que responderão aos grandes desafios nacionais das próximas décadas.

A história demonstra que a inovação acontece, frequentemente, em ambientes onde existe maior capacidade para experimentar, avaliar, corrigir e voltar a experimentar.

Também as políticas públicas devem seguir essa lógica.

Portugal necessita de criar um território onde novas respostas possam ser testadas antes de serem escaladas ao restante País.

Um território onde universidades, administração pública, empresas, autarquias, centros tecnológicos, instituições sociais e cidadãos trabalhem em conjunto para conceber soluções concretas para problemas reais.

Esse território pode e deve ser o Distrito de Portalegre.

Não por razões simbólicas.

Mas porque reúne condições objetivas para assumir essa responsabilidade.

A sua dimensão permite acompanhar e avaliar políticas públicas com rigor.

A diversidade do território representa uma amostra significativa dos desafios enfrentados pelo Interior português.

A existência de instituições de ensino superior garante capacidade científica.

A proximidade entre agentes públicos e privados facilita processos de cooperação.

A localização transfronteiriça acrescenta uma dimensão europeia indispensável às políticas de coesão do século XXI.

O Modelo Portalegre assenta em cinco princípios fundamentais.

1. Princípio da experimentação

Nenhuma política pública deve permanecer apenas no plano teórico quando pode ser testada em condições reais, medida de forma independente e aperfeiçoada antes da sua generalização.

2. Princípio da integração

Os desafios do século XXI não respeitam fronteiras administrativas. A saúde relaciona-se com a mobilidade. A habitação depende do emprego. A gestão da água influencia a agricultura, a energia e o ambiente. A inovação exige educação, empresas, financiamento e administração pública a trabalhar em conjunto. O Estado deve aprender a responder de forma integrada.

3. Princípio da proximidade

Quanto mais próximas estiverem as instituições das comunidades, maior será a capacidade de adaptar políticas às necessidades concretas das pessoas, de corrigir erros rapidamente e de gerar confiança entre cidadãos e administração pública.

4. Princípio da avaliação permanente

Portugal produz legislação em abundância, mas avalia pouco os seus resultados. O Modelo Portalegre propõe que cada política experimental tenha objetivos definidos, indicadores públicos, monitorização independente e revisão periódica. A boa governação mede-se também pela capacidade de aprender.

5. Princípio da escalabilidade

O objetivo não será criar soluções exclusivas para Portalegre, mas produzir conhecimento útil para todo o País.

Aquilo que funcionar deverá poder ser replicado noutros territórios de baixa densidade.

Aquilo que falhar constituirá igualmente conhecimento valioso, evitando que erros semelhantes sejam repetidos em maior escala.

É esta capacidade de aprender antes de decidir que distingue os Estados mais inovadores.

Ao assumir este papel, Portalegre deixará de ser visto apenas como destinatário das políticas nacionais.

Passará a participar na sua construção.

Esta mudança tem igualmente uma dimensão europeia.

A União Europeia enfrenta desafios semelhantes em centenas de regiões caracterizadas pela baixa densidade populacional, pelo envelhecimento demográfico, pela necessidade de transição energética e pela valorização dos recursos naturais.

Portugal pode assumir uma posição de liderança neste debate.

Pode afirmar-se como o país que desenvolveu um método próprio para pensar o futuro dos territórios de baixa densidade.

Esse método pode nascer em Portalegre.

É por isso que propomos a criação do Laboratório Nacional para o Desenvolvimento do Interior, sede operacional do Modelo Portalegre.

Este Laboratório deverá constituir-se como uma plataforma permanente de cooperação entre o Estado, as autarquias, as instituições de ensino superior, o setor empresarial, as organizações da economia social e os parceiros europeus.

A sua missão será simples de enunciar e exigente de concretizar:

Transformar conhecimento em políticas públicas; políticas públicas em desenvolvimento; e desenvolvimento em coesão nacional.

Mais do que uma instituição, deverá representar uma nova cultura de governação.

Uma cultura baseada na confiança, na cooperação, na evidência científica, na avaliação e na inovação.

Ao propor o Modelo Portalegre, não estamos apenas a apresentar uma estratégia para um distrito.

Estamos a defender uma nova forma de governar Portugal.

Uma forma que substitui a lógica da exceção pela lógica da inovação.

Que troca a resignação pela ambição.

E que compreende que o futuro de um país não depende apenas das suas maiores cidades.

Depende da inteligência com que mobiliza todo o seu território.

Essa é a responsabilidade da nossa geração.

E essa pode ser a contribuição histórica do Partido Socialista para o Portugal da segunda metade do século XXI.

Capítulo IV — As Dez Missões do Modelo Portalegre

Um compromisso nacional para as próximas duas décadas

Uma visão sem concretização permanece uma intenção.

Uma estratégia sem prioridades transforma-se numa soma de boas ideias incapazes de produzir mudança.

O Modelo Portalegre propõe, por isso, uma nova forma de organizar a ação pública.

Não através de programas dispersos ou medidas avulsas.

Mas através de Missões Nacionais.

Uma missão representa um objetivo coletivo suficientemente claro para mobilizar instituições, conhecimento, investimento, recursos públicos e iniciativa privada em torno de um resultado comum.

As grandes transformações da História nasceram frequentemente desta capacidade de unir diferentes setores da sociedade em torno de um propósito partilhado.

Portugal precisa hoje dessa capacidade.

As dez missões que propomos não pertencem apenas ao Distrito de Portalegre.

São missões para Portugal.

Portalegre será o território onde essas missões podem ser concebidas, experimentadas e aperfeiçoadas.

Missão I — Liderar a Bioeconomia Europeia

O século XXI assistirá à substituição progressiva de matérias-primas fósseis por recursos biológicos renováveis.

A floresta, a cortiça, a agricultura, os biomateriais, a valorização dos resíduos orgânicos, a economia circular e a biotecnologia constituem uma oportunidade económica comparável à industrialização do século passado.

Portalegre reúne condições únicas para afirmar Portugal como referência europeia nesta área.

A missão consiste em criar um ecossistema onde universidades, centros tecnológicos, agricultores, empresas e Estado desenvolvam soluções exportáveis para toda a Europa.

Missão II — Transformar a Água no Principal Ativo Estratégico Nacional

As alterações climáticas tornam inevitável uma nova política da água.

O Distrito deverá afirmar-se como território de excelência em armazenamento inteligente, reutilização, eficiência hídrica, monitorização digital, agricultura resiliente e recuperação ecológica das bacias hidrográficas.

Quem souber gerir a água liderará o desenvolvimento das próximas décadas.

Portugal deve preparar-se desde já.

Missão III — Construir o Primeiro Território Carbono Positivo de Portugal

O Interior pode deixar de ser apenas consumidor de políticas ambientais para passar a produzir soluções climáticas.

Floresta, solos agrícolas, energias renováveis, captura de carbono e biodiversidade podem integrar uma estratégia única de neutralidade climática com impacto económico direto.

Portalegre deverá ser reconhecido como o território onde crescimento económico e sustentabilidade ambiental caminham lado a lado.

Missão IV — Fazer da Inteligência Artificial uma Ferramenta de Coesão Territorial

A inteligência artificial não deve servir apenas as grandes cidades.

Pode melhorar cuidados de saúde, gestão agrícola, proteção civil, prevenção de incêndios, mobilidade, educação personalizada e administração pública.

O Modelo Portalegre propõe que o Interior seja pioneiro na aplicação ética da inteligência artificial ao serviço das pessoas.

Portugal pode tornar-se uma referência internacional nesta matéria.

Missão V — Criar o Ecosistema Europeu da Longevidade

O envelhecimento demográfico costuma ser apresentado como um problema.

Pode transformar-se numa oportunidade de inovação.

Novos modelos de cuidados domiciliários, saúde digital, robótica assistiva, habitação adaptada, envelhecimento ativo e economia dos cuidados poderão constituir uma nova fileira económica de elevado valor acrescentado.

Portalegre pode tornar-se o principal laboratório europeu nesta área.

Missão VI — Tornar o Conhecimento a Principal Matéria-Prima do Interior

Nenhuma estratégia será sustentável sem instituições de ensino superior fortes.

O Instituto Politécnico de Portalegre deverá assumir um papel central na investigação aplicada, na inovação empresarial e na formação avançada em áreas estratégicas.

A qualificação das pessoas continuará a ser o maior investimento público que Portugal poderá realizar.

Missão VII — Construir a Fronteira Mais Inovadora da Europa

A fronteira com Espanha não deve ser entendida como limite.

Deve ser entendida como plataforma.

Propomos reforçar a cooperação científica, económica, cultural e institucional com a Extremadura espanhola, transformando esta região transfronteiriça num espaço europeu de inovação, mobilidade e desenvolvimento conjunto.

A fronteira deixa assim de separar.

Passa a unir.

Missão VIII — Reindustrializar com Sustentabilidade

Portugal precisa de produzir mais.

Mas precisa de produzir melhor.

A nova indústria será limpa, digital, intensiva em conhecimento e energeticamente eficiente.

Portalegre dispõe das condições necessárias para acolher esta nova geração industrial, aproveitando energia renovável, qualidade ambiental e proximidade aos mercados ibéricos.

Missão IX — Fazer da Administração Pública um Motor de Inovação

O Estado deve deixar de ser apenas regulador.

Deve ser também inovador.

O Distrito poderá acolher projetos-piloto de simplificação administrativa, digitalização, inteligência artificial, contratação pública inovadora e avaliação permanente de políticas públicas.

O Estado deve experimentar consigo próprio a mudança que pretende promover.

Missão X — Medir o Desenvolvimento de Forma Diferente

Portugal continua a avaliar o sucesso dos territórios quase exclusivamente através de indicadores económicos tradicionais.

O Modelo Portalegre propõe uma nova abordagem.

A prosperidade mede-se também pela qualidade da democracia, pela confiança nas instituições, pela saúde, pela educação, pela cultura, pela sustentabilidade ambiental, pela participação cívica, pela igualdade de oportunidades e pela felicidade coletiva.

Propomos que o Laboratório Nacional para o Desenvolvimento do Interior desenvolva um Índice Português de Desenvolvimento Territorial, permitindo avaliar, com rigor científico, a evolução das políticas públicas e orientar as decisões futuras.

Estas dez missões não constituem um plano fechado.

Representam um compromisso de longo prazo.

Um compromisso que ultrapassa governos, legislaturas e ciclos políticos.

O seu sucesso dependerá da capacidade de mobilizar o Estado, as autarquias, as empresas, as universidades, as instituições sociais e os cidadãos em torno de uma visão comum.

É precisamente essa a vocação do Partido Socialista.

Ao longo da sua história, o Partido demonstrou que as grandes reformas nacionais nunca foram construídas por um único governo nem por uma única geração.

Foram construídas através da persistência, da capacidade de diálogo e da confiança no futuro.

O Modelo Portalegre inscreve-se nessa tradição.

Não pretende oferecer respostas para todos os problemas.

Pretende criar as condições para que Portugal descubra novas respostas.

E essa poderá ser, nas próximas décadas, uma das mais importantes contribuições do Distrito de Portalegre para o desenvolvimento nacional.

Capítulo V — O Interior como Projeto Nacional

A nova centralidade dos territórios de baixa densidade

As nações que prosperam são aquelas que conseguem antecipar as mudanças do seu tempo.

Não esperam que os acontecimentos as obriguem a mudar.

Preparam-se antes que a necessidade se imponha.

Portugal encontra-se hoje perante uma dessas escolhas históricas.

Durante décadas, a coesão territorial foi entendida sobretudo como uma política de solidariedade entre regiões.

Era uma visão legítima.

Mas já não é suficiente.

O século XXI exige que a coesão territorial deixe de ser vista como uma despesa necessária e passe a ser reconhecida como um investimento estratégico.

Porque aquilo que está hoje em causa já não é apenas o equilíbrio entre regiões.

É a capacidade de Portugal responder às grandes transformações do mundo contemporâneo.

A segurança alimentar, a autonomia energética, a gestão da água, a proteção da biodiversidade, a transição digital, a adaptação às alterações climáticas, a valorização do conhecimento e a ocupação equilibrada do território não podem ser resolvidas apenas a partir das grandes áreas metropolitanas.

Todos eles dependem, em maior ou menor grau, da inteligência com que soubermos mobilizar o Interior.

Durante demasiado tempo, a geografia económica foi interpretada como um destino.

Hoje sabemos que é, sobretudo, uma construção política.

As decisões públicas moldam a localização do investimento, influenciam a criação de emprego, determinam a distribuição do conhecimento, orientam a inovação, criam confiança ou alimentam desigualdades.

A política territorial é, por isso, uma das formas mais profundas de exercer a liberdade democrática.

Quando um jovem abandona a sua terra por ausência de oportunidades, não está apenas a tomar uma decisão individual.

Está também a revelar uma insuficiência coletiva.

Quando uma empresa escolhe outro território por falta de condições estruturais, não estamos perante uma inevitabilidade geográfica.

Estamos perante um desafio político.

Quando uma comunidade perde sucessivamente população, serviços e capacidade económica, perde também uma parte da sua voz democrática.

Uma democracia territorialmente desequilibrada torna-se progressivamente mais frágil.

Por isso, defender o Interior não é apenas defender uma região.

É defender a qualidade da democracia portuguesa.

É garantir que a cidadania tem igual valor em todo o território nacional.

É assegurar que o código postal nunca determina o horizonte de vida de um cidadão.

Esta visão ganha ainda maior relevância no contexto europeu.

A União Europeia enfrenta um desafio comum a dezenas de Estados-Membros: como garantir desenvolvimento sustentável em territórios de baixa densidade, combater o declínio demográfico e reforçar a coesão sem comprometer a competitividade económica.

Apesar dos inúmeros programas comunitários, continua a faltar uma metodologia integrada que transforme estes territórios em espaços permanentes de inovação pública.

Portugal pode assumir essa liderança.

Não através de discursos.

Mas através de resultados.

Ao criar em Portalegre um verdadeiro ecossistema de experimentação territorial, o nosso País poderá oferecer à Europa uma referência prática para políticas de desenvolvimento territorial no século XXI.

Poderá contribuir para o desenho das futuras políticas de coesão europeias.

Poderá atrair centros de investigação, investimento internacional e redes de cooperação científica.

Poderá transformar conhecimento produzido no Interior em influência política à escala europeia.

Poucas vezes um distrito português teve a possibilidade de desempenhar um papel desta natureza.

Mas a ambição exige responsabilidade.

O Modelo Portalegre não pode depender exclusivamente da vontade de um Governo.

Nem da determinação de uma autarquia.

Nem da iniciativa de uma instituição de ensino superior.

Exige um compromisso nacional.

Um compromisso capaz de atravessar legislaturas, preservar objetivos estratégicos e mobilizar sucessivas gerações de decisores públicos.

É precisamente aqui que o Partido Socialista pode voltar a exercer uma função histórica.

Ao longo da sua existência, o Partido demonstrou que as reformas mais duradouras nasceram quando foi capaz de combinar visão, diálogo e persistência.

Foi assim na consolidação do Estado Social, na integração europeia e na modernização das infraestruturas nacionais.

Hoje, um novo desafio reclama essa mesma capacidade reformista.

Não se trata apenas de desenvolver o Interior.

Trata-se de redefinir o próprio conceito de desenvolvimento nacional.

Porque um país verdadeiramente desenvolvido não é aquele que concentra riqueza em poucos territórios.

É aquele que transforma a diversidade do seu território numa vantagem coletiva.

É aquele que reconhece que a inovação pode nascer em qualquer lugar.

É aquele que compreende que a proximidade entre pessoas, instituições e natureza constitui uma vantagem competitiva num mundo cada vez mais complexo.

É aquele que sabe olhar para os seus territórios de baixa densidade não como espaços do passado, mas como laboratórios do futuro.

É essa a visão que propomos.

Uma visão que faz de Portalegre um ponto de partida.

Mas que tem Portugal como destino.

E a Europa como horizonte.

Porque há momentos em que um território pode limitar-se a acompanhar a História.

E há momentos em que tem a oportunidade de ajudar a escrevê-la.

Estamos convencidos de que esse momento chegou.

E que o Distrito de Portalegre está preparado para assumir essa responsabilidade.

Não em nome de um interesse local.

Mas em nome de um desígnio nacional.

Porque durante décadas perguntámos o que Portugal podia fazer pelo Interior.

Chegou o tempo de perguntar o que o Interior pode fazer por Portugal.

E a resposta começa em Portalegre.

Capítulo VI — A Primeira Infraestrutura é a Confiança

O capital invisível do desenvolvimento

Existe uma forma de pobreza que não se mede nos indicadores económicos.

Não aparece nas estatísticas.

Não é quantificada pelos relatórios internacionais.

Não pode ser resolvida apenas através de investimento público.

É a perda de confiança coletiva.

Ao longo de décadas, muitos territórios do Interior habituaram-se a ouvir que o futuro aconteceria noutro lugar.

Que as melhores oportunidades estavam longe.

Que os jovens teriam inevitavelmente de partir.

Que o envelhecimento era um destino.

Que a distância era uma condenação.

Que a baixa densidade representava uma inevitabilidade económica.

Nenhuma comunidade permanece indiferente quando escuta esta narrativa durante demasiado tempo.

Mesmo quando não é explicitamente afirmada, ela instala-se lentamente na forma como as pessoas olham para o seu território, para as suas instituições e para as possibilidades do futuro.

Quando isso acontece, o problema deixa de ser apenas demográfico.

Passa a ser cultural.

Um território perde população antes de perder habitantes.

Perde-a quando começa a perder esperança.

É precisamente por isso que a primeira missão de qualquer estratégia de desenvolvimento consiste em restaurar a confiança.

Não uma confiança ingénua.

Nem baseada em promessas irrealistas.

Mas uma confiança construída sobre objetivos claros, instituições credíveis e resultados verificáveis.

A História demonstra que nenhuma região prosperou apenas porque recebeu investimento.

Prosperou porque foi capaz de acreditar novamente nas suas capacidades.

A confiança é um recurso económico.

É também um recurso democrático.

É ela que leva um empresário a investir.

Um jovem a permanecer.

Um investigador a desenvolver conhecimento.

Uma família a escolher um lugar para viver.

Uma instituição a cooperar com outra.

Uma comunidade a mobilizar-se em torno de um objetivo comum.

Sem confiança, o desenvolvimento transforma-se numa sucessão de iniciativas isoladas.

Com confiança, pequenos projetos passam a integrar uma estratégia coletiva.

É essa cultura que o Modelo Portalegre pretende promover.

Uma cultura onde cada autarquia deixa de competir com a vizinha para construir em conjunto.

Onde as escolas trabalham com as empresas.

Onde as instituições sociais colaboram com as universidades.

Onde o Estado aprende a confiar nas comunidades locais.

Onde as comunidades voltam a confiar no Estado.

O verdadeiro desenvolvimento nasce quando esta relação se torna recíproca.

Durante muitos anos, o Interior foi descrito pelas suas ausências: população, investimento, serviços e oportunidades.

Chegou o momento de mudar a linguagem.

Será reconhecido pelo que pode oferecer.

Portalegre não será definido pelo que lhe falta, mas pelo que pode oferecer: conhecimento, energia, água, paisagem, cultura, inovação, qualidade de vida, cooperação e Europa.

Esta mudança de narrativa não constitui um exercício de comunicação.

Constitui uma política pública.

Porque as sociedades também se desenvolvem através das ideias que constroem sobre si próprias.

O futuro começa sempre por uma convicção partilhada.

A convicção de que vale a pena construir.

A confiança não substitui o investimento, a estratégia ou o trabalho; torna-os mais eficazes, possíveis e significativos.

É por isso que afirmamos, nesta moção, que a primeira infraestrutura do desenvolvimento não é uma estrada, uma linha ferroviária ou um parque empresarial.

A primeira infraestrutura é a confiança.

Quando ela existe, o território encontra a energia necessária para transformar recursos em oportunidades.

Quando ela desaparece, até os melhores projetos se tornam insuficientes.

Recuperar essa confiança é, talvez, a mais importante missão política da nossa geração.

Porque nenhum povo constrói o futuro se deixar de acreditar que o pode construir.

E é precisamente essa confiança que queremos devolver ao Distrito de Portalegre.

Não como um gesto simbólico.

Mas como o primeiro passo para uma transformação duradoura.

Porque toda a grande obra coletiva começa muito antes da primeira pedra.

Começa no momento em que uma comunidade decide voltar a acreditar em si própria.

Capítulo VII — O Papel do Partido Socialista

Liderar sem excluir. Reformar sem dividir.

Nenhum grande projeto nacional pertence a um partido.

Pertence ao País.

Os partidos políticos existem para interpretar o seu tempo, apresentar caminhos e mobilizar a sociedade em torno de objetivos comuns.

Quando o conseguem, prestam o melhor serviço à democracia.

Ao longo da sua história, o Partido Socialista afirmou-se como um dos principais protagonistas da construção do Portugal contemporâneo.

Ao longo da sua história, o Partido Socialista participou na consolidação da democracia, contribuiu decisivamente para a afirmação do Estado Social, foi determinante na integração europeia e promoveu a expansão da escola pública, a universalização do Serviço Nacional de Saúde e a valorização da cultura, da ciência e da inovação.

Essas conquistas não pertencem apenas ao Partido Socialista.

Pertencem a todos os portugueses.

É precisamente essa tradição que hoje nos inspira.

A questão que se coloca à nossa geração não é a de repetir as respostas do passado.

É a de encontrar respostas novas para desafios que os fundadores da nossa democracia não poderiam antecipar.

As alterações climáticas, a revolução digital, a inteligência artificial, a crise demográfica, a reorganização geopolítica da Europa, a autonomia energética e alimentar e a transformação do mundo do trabalho exigem respostas novas e capacidade de inovação política.

É por isso que entendemos que o Partido Socialista deve voltar a afirmar-se como um partido de reformas estruturais.

Não um partido satisfeito com a gestão do presente.

Mas um partido capaz de preparar o futuro.

Preparar o futuro significa assumir que a coesão territorial deixou de ser uma política setorial e passou a ser condição da competitividade nacional, da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da própria qualidade da democracia portuguesa.

O Partido Socialista deve, por isso, liderar uma nova agenda territorial para Portugal.

Mas essa liderança só será legítima se for exercida com humildade democrática.

As grandes reformas nacionais nunca foram construídas contra metade do País.

Foram sempre construídas envolvendo autarquias, universidades, empresas, instituições sociais, parceiros económicos, sindicatos, associações e cidadãos.

Também o Modelo Portalegre deverá nascer desse espírito.

Não como um projeto partidário.

Mas como um compromisso nacional.

A força desta proposta reside precisamente na sua capacidade agregadora.

Ela não exige unanimidade ideológica.

Exige convergência estratégica.

Porque há objetivos que ultrapassam as fronteiras partidárias.

Garantir igualdade de oportunidades entre territórios, valorizar o conhecimento, proteger os recursos naturais, reforçar a competitividade da economia e preparar Portugal para os desafios do século XXI são objetivos que pertencem ao interesse nacional.

É precisamente por essa razão que esta moção recusa uma linguagem de confronto.

Não procura identificar adversários.

Procura identificar desafios.

Não pretende reabrir debates do passado.

Pretende construir consensos para o futuro.

Essa é, aliás, uma das maiores responsabilidades dos partidos de governo.

Criar estabilidade, gerar confiança e preparar o longo prazo são algumas das maiores responsabilidades dos partidos de governo.

Num tempo marcado pela fragmentação do debate público, pela aceleração dos ciclos políticos e pela crescente polarização, torna-se ainda mais importante recuperar uma cultura de diálogo, de compromisso e de responsabilidade institucional.

Pela sua história, cultura democrática, vocação reformista e capacidade de diálogo com diferentes setores da sociedade, o Partido Socialista possui condições únicas para assumir essa função.

Mas essa liderança será tanto mais forte quanto menos procurar afirmar-se como exclusiva.

Portugal não precisa de um partido que reclame para si todas as soluções.

Precisa de um partido que saiba convocar todas as capacidades da sociedade para construir soluções duradouras.

É esse o espírito desta moção.

Não pedimos ao Partido Socialista que defenda apenas Portalegre.

Pedimos que faça de Portalegre um exemplo do Portugal que queremos construir.

Um Portugal onde o desenvolvimento deixa de ser medido pela concentração e passa a ser medido pela capacidade de criar oportunidades em todo o território.

Um Portugal que substitui a lógica da periferia pela lógica da participação.

Um Portugal que compreende que cada comunidade fortalecida torna a República mais forte.

Ao assumir esta visão, o Partido Socialista não estará apenas a responder aos desafios do presente.

Estará a cumprir uma das mais nobres tradições da sua história.

A de antecipar o futuro.

E de o construir com todos.

Capítulo VIII — A República não tem Periferias

Uma reflexão sobre igualdade, território e futuro

A Constituição da República Portuguesa afirma que todos os cidadãos possuem a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

Esta afirmação constitui um dos pilares da nossa democracia.

Mas a igualdade não se esgota na proclamação dos direitos.

A igualdade exige que cada cidadão possa exercer plenamente esses direitos, independentemente do lugar onde nasceu, vive ou escolheu construir o seu projeto de vida.

O território não pode determinar o destino.

Quando isso acontece, a igualdade constitucional transforma-se numa promessa incompleta.

Ao longo da história, a República procurou aproximar direitos fundamentais de todos os portugueses.

Ao longo da história, a República construiu escolas onde antes existia analfabetismo, levantou centros de saúde onde antes existia abandono, criou infraestruturas onde antes existia isolamento, expandiu o ensino superior e universalizou a proteção social.

Essas conquistas representam algumas das mais importantes realizações da democracia portuguesa.

Mas cada geração é chamada a completar a obra da anterior.

À nossa geração cabe garantir que a igualdade entre cidadãos se traduz também numa maior igualdade entre territórios.

Não através da uniformização.

Mas através da criação de oportunidades equivalentes.

A diversidade territorial é uma riqueza nacional.

Portugal não será mais forte se todos os seus territórios forem iguais.

Será mais forte se todos tiverem condições para desenvolver plenamente as suas vocações.

As grandes áreas metropolitanas continuarão a desempenhar um papel decisivo na economia, na ciência, na cultura e na inovação.

O Interior não pretende substituir essa realidade.

Pretende complementá-la.

Uma República inteligente não coloca os seus territórios em competição permanente.

Coloca-os em cooperação.

Cada região contribui com aquilo que melhor sabe fazer.

Cada comunidade participa na construção de um projeto nacional comum.

É essa complementaridade que fortalece a unidade do País.

Por isso, importa abandonar definitivamente uma linguagem que opõe litoral e Interior, centro e periferia, urbano e rural.

Essas dicotomias pertencem a uma visão ultrapassada do desenvolvimento.

O futuro será construído por redes, complementaridades, especializações inteligentes, circulação de conhecimento e cooperação entre diferentes escalas territoriais.

Neste novo paradigma, nenhum território é periférico.

Periférica é apenas a incapacidade de integrar plenamente o potencial de cada território na estratégia nacional.

A verdadeira centralidade mede-se pela relevância da contribuição que cada comunidade oferece ao País.

Sob esse ponto de vista, Portalegre pode ocupar um lugar central na construção do futuro português.

Não pela dimensão da sua população.

Mas pela dimensão da sua missão.

A República não se mede apenas pela extensão do território que administra.

Mede-se pela qualidade da esperança que consegue oferecer a todos os seus cidadãos.

Quando um jovem acredita que pode realizar o seu projeto de vida sem abandonar a sua terra, quando uma empresa encontra condições para inovar longe dos grandes centros urbanos, quando instituições colaboram para resolver problemas concretos de uma comunidade e quando o Estado demonstra que nenhum território é secundário para o interesse nacional, a República fortalece-se.

Esta visão não corresponde apenas a uma estratégia de desenvolvimento.

Corresponde a uma determinada ideia de Portugal.

Uma ideia que entende a coesão territorial como expressão concreta da cidadania, reconhece a proximidade entre Estado e cidadãos como fator de confiança democrática e considera a justiça territorial uma forma de justiça social.

É essa República que queremos construir.

Uma República onde o código postal não limita o horizonte de ninguém.

Onde nascer numa aldeia, numa vila ou numa cidade representa apenas uma diferença geográfica e nunca uma desigualdade de oportunidades.

Uma República que olha para cada parcela do seu território como parte indispensável de um destino comum.

Porque a força de um país nunca depende apenas dos lugares onde se concentra a maioria.

Depende da forma como integra todos os lugares no mesmo projeto nacional.

É por isso que afirmamos, com convicção, que a República Portuguesa não tem periferias.

Tem responsabilidades.

E a primeira de todas é garantir que nenhum território fica para trás quando o País decide avançar.

Essa é a essência da igualdade.

Essa é a essência da democracia.

E essa deve continuar a ser a essência do Partido Socialista.

Capítulo IX — A República da Proximidade

Governança para o século XXI

Os grandes desafios do nosso tempo colocam uma exigência inédita ao Estado.

Não basta ser maior ou menor.

Não basta ser mais centralizado ou mais descentralizado.

O que verdadeiramente importa é a sua capacidade para compreender a realidade concreta das pessoas, adaptar as políticas públicas às especificidades dos territórios e avaliar, com rigor, os resultados das decisões tomadas.

Durante demasiado tempo, o debate político português foi frequentemente reduzido a uma oposição entre centralização e descentralização.

Esse debate foi importante.

Mas tornou-se insuficiente.

A verdadeira questão já não consiste em saber onde se decide.

Consiste em saber como se decide.

O século XXI exige uma nova cultura de governação.

Uma cultura baseada na proximidade, na confiança institucional, na cooperação entre diferentes níveis da administração e na capacidade permanente de aprendizagem.

É essa visão que designamos por República da Proximidade.

Uma República onde a proximidade não significa fragmentação.

Significa inteligência.

Significa reconhecer que as melhores políticas públicas são aquelas que conhecem profundamente os territórios onde produzem efeitos.

Nenhum algoritmo substitui o conhecimento das comunidades.

Nenhuma decisão tomada à distância pode dispensar a experiência de quem vive diariamente os problemas e as oportunidades de um território.

A proximidade constitui, por isso, um fator de qualidade democrática.

Mas constitui igualmente um fator de eficiência económica.

Quando as instituições cooperam, evitam duplicações.

Quando os serviços comunicam entre si, reduzem burocracia.

Quando universidades, empresas e administração pública trabalham em conjunto, aceleram a inovação.

Quando os cidadãos participam na construção das soluções, aumenta a confiança nas instituições.

Esta cultura de proximidade exige uma profunda transformação do próprio Estado.

O Estado do século XXI não deve limitar-se a prestar serviços.

Deve tornar-se uma plataforma de conhecimento, coordenação e inovação.

Um Estado que aprende, experimenta, avalia, corrige, partilha e melhora continuamente.

É precisamente neste contexto que o Modelo Portalegre ganha pleno significado.

O Distrito pode tornar-se o primeiro território português onde esta nova cultura de governação é aplicada de forma integrada.

Não para criar exceções.

Mas para produzir conhecimento útil para toda a República.

Cada política testada em Portalegre deverá responder a uma pergunta simples:

Pode esta solução melhorar a vida dos portugueses noutros territórios?

Se a resposta for afirmativa, então Portalegre terá cumprido uma missão nacional.

Esta abordagem exige também uma nova relação entre o Estado e as autarquias.

Os municípios não podem continuar a ser vistos apenas como executores de competências delegadas.

Devem ser reconhecidos como parceiros estratégicos na conceção, na experimentação e na avaliação das políticas públicas.

O mesmo princípio aplica-se às instituições de ensino superior, às empresas, às organizações da economia social e aos cidadãos.

A inteligência coletiva de um território é sempre superior à capacidade isolada de qualquer instituição.

Governar em proximidade significa mobilizar essa inteligência coletiva.

Significa confiar mais, cooperar mais, avaliar melhor, corrigir mais depressa e aprender continuamente.

A República da Proximidade não representa apenas uma reforma administrativa.

Representa uma nova ética da ação pública.

Uma ética onde o sucesso de uma política deixa de ser medido pelo número de diplomas aprovados e passa a ser medido pela transformação efetiva da vida das pessoas.

Porque legislar é necessário.

Mas governar é produzir resultados.

É essa exigência que devemos colocar a nós próprios.

Não apenas enquanto responsáveis políticos.

Mas enquanto cidadãos de uma República que pretende ser cada vez mais justa, mais inteligente e mais próxima.

Se conseguirmos construir esta cultura de governação, Portugal estará mais preparado para enfrentar os desafios das próximas décadas.

E Portalegre deixará de ser conhecido apenas pela sua geografia.

Passará a ser reconhecido pela qualidade das ideias que ajudou a oferecer ao País.

Essa será a maior demonstração de que a proximidade não limita a ambição.

Pelo contrário.

É ela que permite transformá-la em realidade.

Capítulo X — Instrumentos de Implementação

Da visão à execução

Para que o Modelo Portalegre não permaneça apenas no plano da visão política, deve assentar num conjunto limitado de instrumentos de implementação, com responsabilidades claras, avaliação pública e capacidade de aprendizagem.

Propõe-se, em primeiro lugar, a criação de uma estrutura de coordenação do Laboratório Nacional para o Desenvolvimento do Interior, envolvendo o Estado, as autarquias do Distrito, o Instituto Politécnico de Portalegre, empresas, organizações da economia social e parceiros relevantes da cooperação transfronteiriça.

Essa estrutura deverá selecionar um número reduzido de projetos-piloto em cada ciclo, definir objetivos mensuráveis, identificar fontes de financiamento nacionais e europeias, acompanhar a execução e publicar resultados de forma transparente.

A implementação deverá organizar-se em três horizontes: uma fase inicial de desenho institucional e seleção dos primeiros projetos; uma fase de experimentação e avaliação; e uma fase de escalabilidade, em que as soluções comprovadas possam ser adaptadas a outros territórios de baixa densidade.

Os indicadores de sucesso deverão incluir resultados económicos, sociais, ambientais e institucionais, designadamente criação de emprego qualificado, fixação de população, qualidade dos serviços públicos, eficiência na utilização de recursos, cooperação entre instituições e confiança dos cidadãos.

A credibilidade desta proposta dependerá menos da criação de novas estruturas formais e mais da capacidade de coordenar recursos existentes, prestar contas, corrigir erros e demonstrar resultados concretos.

Conclusão

Um compromisso que começa em Portalegre

Cada geração recebe um país inacabado: nenhuma parte do zero, nenhuma conclui definitivamente a obra coletiva da democracia, mas todas acrescentam uma parte e assumem a responsabilidade de entregar às seguintes um Portugal mais justo, mais desenvolvido, mais coeso e mais preparado para enfrentar os desafios do seu tempo.

Essa é também a responsabilidade da nossa geração.

O Distrito de Portalegre conhece como poucos as dificuldades que marcaram o Interior nas últimas décadas.

Mas conhece igualmente os recursos, o talento, o conhecimento e a capacidade humana que permanecem muitas vezes invisíveis aos olhos de quem observa o País apenas através dos seus maiores centros urbanos.

É precisamente por conhecer essa realidade que recusamos uma visão resignada do futuro.

Não propomos uma política de compensação, nem pedimos privilégios ou exceções; propomos uma política de transformação e reivindicamos responsabilidade, com soluções que possam servir Portugal.

Acreditamos que o Interior pode voltar a ocupar um lugar central na construção do futuro nacional.

Não por nostalgia.

Mas porque os desafios do século XXI colocam o território, os recursos naturais, o conhecimento, a proximidade, a inovação e a cooperação no centro das políticas públicas.

É neste contexto que apresentamos esta moção setorial, não como um documento fechado ou um programa acabado, mas como um contributo do Distrito de Portalegre para a reflexão estratégica do Partido Socialista sobre o desenvolvimento territorial, a competitividade e a coesão da República.

Convidamos todos os delegados deste Congresso a olhar para esta proposta não como património de quem a subscreve, mas como um ponto de encontro entre diferentes sensibilidades unidas por um objetivo comum.

O futuro de Portalegre nunca dependerá de uma única instituição, de um único partido ou de uma única geração; dependerá da capacidade de mobilizar todas as energias disponíveis em torno de um desígnio partilhado.

É esse espírito que esta moção pretende afirmar: diálogo, responsabilidade, confiança e ambição.

Porque acreditamos que os grandes projetos nacionais nascem quando alguém tem a coragem de imaginar um futuro diferente e a humildade de convidar todos a construí-lo.

É esse o convite que hoje dirigimos ao Congresso Distrital do Partido Socialista de Portalegre.

Que este documento seja aprovado não como ponto de chegada, mas como o início de um caminho que una o Distrito em torno de uma visão comum, inspire o Partido Socialista na construção de uma nova agenda para a coesão territorial e contribua para afirmar, perante Portugal e a Europa, que o Interior não é um problema por resolver, mas uma oportunidade por concretizar.

Porque há momentos em que um território escolhe esperar, e há momentos em que decide liderar. Estamos convencidos de que chegou esse tempo.

Que comece em Portalegre.

Anexo — O Compromisso de Portalegre

Os participantes no Congresso Distrital do Partido Socialista de Portalegre assumem o seguinte compromisso político:

1. Reconhecer a coesão territorial como um dos maiores desafios estratégicos de Portugal no século XXI.
2. Defender que o desenvolvimento do Interior deve deixar de ser entendido como política compensatória e passar a ser tratado como condição de competitividade económica, sustentabilidade ambiental, qualidade democrática e igualdade de oportunidades.
3. Promover uma nova cultura de desenvolvimento assente no conhecimento, na inovação, na cooperação institucional, na sustentabilidade e na valorização integral do território nacional.
4. Afirmar o Distrito de Portalegre como território de experimentação de novas políticas públicas, capaz de contribuir para soluções que sirvam Portugal e possam inspirar outros territórios europeus de baixa densidade.
5. Mobilizar instituições públicas, autarquias, ensino superior, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos para um desígnio comum de desenvolvimento territorial.
6. Assumir que nenhuma comunidade é demasiado pequena, nenhum território demasiado distante e nenhuma geração dispensada da responsabilidade de transmitir às seguintes um País mais justo, mais coeso e com mais oportunidades.
7. Defender que a confiança, a cooperação e a avaliação pública devem ser princípios centrais de qualquer transformação duradoura.
8. Comprometer o Partido Socialista de Portalegre com uma agenda de longo prazo que coloque o Interior no centro da construção do futuro de Portugal.

Há territórios que esperam pelo futuro.

Portalegre escolhe construí-lo.

Fecho

Esta moção não pede ao Partido Socialista que escolha Portalegre; **convida** o Partido Socialista a escolher um caminho para Portugal, demonstrando que esse caminho pode começar em Portalegre.